

CADERNOS DA «SEARA NOVA»

ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS

DEMOCRACIA

(8.^a EDIÇÃO)

POR

ANTÓNIO SÉRGIO

LISBOA
«SEARA NOVA»
1 9 3 8

Cadernos da SEARA NOVA

(Entre parêntesis os nomes dos tradutores, prefaciadores e anotadores)

SECÇÃO DE ESTUDOS LITERÁRIOS

<i>Raúl Brandão</i> , por CASTELO BRANCO CHAVES.....	2\$50
<i>Teixeira Gomes</i> , por CASTELO BRANCO CHAVES.....	2\$50
<i>Da Obra de Vargas Villa</i> , por FARIA GAYO.....	3\$00
<i>Castilho</i> , por CASTELO BRANCO CHAVES.....	3\$00
<i>Oliveira Martins</i> , por G. LE GENTIL (FERNANDO ROMERO)	3\$00
<i>T. Braga e o Nacionalismo</i> , por C. BRANCO CHAVES....	2\$50
<i>Aquilino Ribeiro</i> , por CASTELO BRANCO CHAVES.....	2\$50
<i>Eça de Queirós e a França</i> , por P. HOURCADE (CASTELO BRANCO CHAVES).....	3\$00
<i>Críticos e Criticados</i> , por JOSÉ RÉGIO.....	2\$50

SECÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS

<i>Plutos</i> , por ARISTÓFANES (ANTÓNIO LOBO VILELA)....	3\$00
<i>Siracusanas e Três idílios</i> , por TEÓCRITO (MARCOS)....	2\$50
<i>D. Manuel de Meneses</i> , por D. FRANCISCO MANUEL DE MELO (A. SÉRGIO).....	2\$50
<i>Oração na Acrópole</i> , por E. RENAN (M. A. e GASTÃO SOUZA DIAS).....	1\$50

SECÇÃO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS E CIENTÍFICOS

<i>Galileu Galilei</i> , por BENTO DE JESUS CARAÇA.....	3\$00
<i>Quatro cartas sobre o idealismo</i> , por SILVIO LIMA....	2\$50
<i>Ensaio sobre o progresso</i> , por MANUEL MORENTE (JOAQUIM DE CARVALHO).....	3\$00
<i>A Crença no progresso</i> , por MANUEL MORENTE (JOAQUIM DE CARVALHO).....	2\$50
<i>Cartesianismo ideal e cartesianismo real</i> , por ANTÓNIO SÉRGIO.....	2\$50
<i>A Relatividade—Origem, evolução e tendências actuais</i> , por RUY LUÍS GOMES.....	3\$50

SECÇÃO DE TEXTOS FILOSÓFICOS

<i>Exemplo da Vida Humana</i> , por URIEL DA COSTA (CASTELO BRANCO CHAVES).....	3\$00
<i>A defesa de Sócrates</i> , por PLATÃO (AGOSTINHO DA SILVA)	3\$00
<i>Crítone</i> , por PLATÃO (AGOSTINHO DA SILVA).....	2\$50

As Professor James Lister
afectuosamente,

A. J. J. J.

DEMOCRACIA

Algumas Obras do Autor

ORIGINAIS :

- Notas sobre Antero de Quental (1908).
O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares (1914).
Da natureza da afecção (1913).
Educação cívica (1915).
Considerações histórico-pedagógicas (1915).
A função social dos estudantes (1917).
Noções de zoologia (*guia didáctico*).
Educação profissional (1916).
O ensino como factor do ressurgimento nacional.
O Desejado (1924).
Tréplica a Carlos Malheiro Dias.
O Seiscentismo.
Ensaíos (5 tomos publicados).
Escala de pontos de níveis mentais (*em colaboração com Luísa Sérgio*).
Antígona (*drama em 3 actos*).
História de Portugal (*em espanhol*).
Bosquejo da história de Portugal (*e trad. inglesa e alemã*).
Diálogos de doutrina democrática (*compostos ; publicação suspensa*).
Quadros da escola francesa do Museu do Louvre.
Alguns aspectos do problema pedagógico em Portugal.
Antologia dos economistas portugueses (*prefácio e notas*).
História trágico-marítima.
Democracia.
Introdução actual ao programa cooperatista.
Cartesianismo ideal e cartesianismo real.
Em torno do problema da «língua brasileira».

TRADUÇÕES :

- A vida em flor (*de Anatole France*).
Hadji Murade (*de Tolstói*).
Retratos de mulheres (*Sainte-Beuve*).
Meditações metafísicas (*de Descartes*).
Novos Ensaíos sobre o entendimento humano (*de Leibnis*).
Últimas conversações (*de Renouvier*).
Homens e bichos (*de Axel Munthe*).
Lóbos do mar (*de Kipling*).

LITERATURA INFANTIL :

- Na terra e no mar.
Contos gregos.
A dança dos meses.
O ratão pelado.
Os conselheiros do califa.

ORGANIZAÇÃO DE TEXTOS :

- Prefácios e anotações em textos de D. Francisco Manuel de Melo, João de Barros, António Vieira, Ramalho Ortigão, etc.

CADERNOS DA «SEARA NOVA»

ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS

DEMOCRACIA

(3.^a EDIÇÃO)

POR

ANTÓNIO SÉRGIO

LISBOA
«SEARA NOVA»
1 9 3 8

todos, já nos apresentam como obsoleto) os interesses económicos de uma profissão, íamos nós dizendo, são antagónicos dos interesses das outras; e acima dos representantes das diferentes classes, que desejam decisões que se contrariam, deve portanto existir um juiz, que é o representante do interesse geral, o da *vontade geral*.

Esta idea de *vontade geral* foi obscuramente exposta por Rousseau, que todos os adversários da Democracia criticam com ares de triunfadores, como se a noção de vontade geral, seguida pelos democratas conscientes, devesse ser forçosamente a noção obscura de Rousseau, e não a noção clara que lhes preparou Kant.

Um professor de direito da Universidade mostrou não entender o democrata idealista quando repetiu que admitir a *vontade geral* vem a ser o mesmo que personificar o Estado.

Na tese adoptada pelo catedrático, a vontade geral seria a do Estado, e um Estado democrático não seria outra cousa senão aquêle Estado cuja vontade (a *vontade geral*) constituída pela soma aritmética das vontades individuais dos governados, — é autónoma. Dessa maneira, o que o democrata afirmaria como livre e autónomo, o que êle pretenderia que fôsse livre e autónomo, — seria o Estado. Já nada interessaria, por consequência, que deixasse o individuo de ser livre, contanto que o fôsse de-facto o Estado, a « vontade geral », o colectivo social.

Ora, se se tivesse colocado o catedrático no ponto de vista do idealismo, e se se houvesse inspirado no forte Kant, teria percebido que o problema, para um idealista, se pode apresentar de uma outra forma.

Em nosso juízo, para o democrata consciente — que é o idealista — a *vontade geral* não é a vontade do Estado nem a soma aritmética das vontades individuais. A vontade geral concebemo-la sim como sendo a vontade *de cada um* de nós, a vontade de *um* qualquer indivíduo humano, *sempre que este, para proceder, toma uma atitude de pensar objectiva, racional, geral*. O ente animado da vontade geral é aquêle em que o cidadão coincide com o homem, aquêle que subiu do *indivíduo* à *pessoa*, do plano biológico ao plano do Espírito. O indivíduo *inteligente* actua, quanto ao mundo físico, relacionando cada parte com o todo-uno; quanto ao mundo humano, considerando-se a si — ao indivíduo que pensa — como simples elemento de um todo moral, e procedendo de acôrdo com tal idea; e a vontade geral, por consequência, é a que se rege pela intelecção do *universo* humano, pela consideração *objectiva* das relações sociais; é a que se liberta, pela consciência *intellectual*, da mera subjectividade da consciência *sensível*.

Suponhamos que eu, para meu bem pessoal e immediato, pensava em apropriar-me de determinado objecto, que me haviam confiado como um

depósito. Seria uma vontade *particular* e estreita; uma vontade de quem, desejando, não sai do seu centro de perspectiva como simples indivíduo de consciência *sensível*, do ponto de vista do seu *eu* empírico, puramente animal e particular. Mas fantasiemos agora que, num segundo momento, eu subia do plano do meu *eu* empírico, sensorial, biológico, — para o do *eu* racional que *compreende* as cousas, e que nos compreendia a nós dois (a quem me confiara o depósito, e a mim próprio) como partes de um todo em relação recíproca. Neste segundo momento, pensaria assim: « não quisera eu que me fizesse êle o mesmo; demais, admitido um sistema de tais actos, seria impossível uma sociedade. ¿ Poder-se-ia erigir em lei *geral* a apropriação dos depósitos que nos confiassem? Não poderia: porque tal lei, visando à possibilidade dos depósitos, torná-los-ia de todo impossíveis, pois ninguém os quereria realizar ». Ora bem. Pensando agora assim, depois de haver pensado da outra forma, ¿ que faria eu? Passaria de uma vontade individual *particular* para uma vontade *também individual* mas de carácter *geral*, — vontade que é, ao mesmo tempo, individual e supra-individual.

Individual, sim, porque é a vontade de um indivíduo; geral, porém, porque ditada por um pensamento que me ultrapassa, por uma atitude *objectiva* do meu espírito, que domina inteiramente o meu ponto de vista particular, para afirmar uma

relação de reciprocidade entre mim e a outra criatura, dentro de uma unidade social, — dentro de uma idea, em suma, que comprehende as ideas de nós dois. De simples *individuo*, subi a *persona*; logrei identificar-me com o próprio Espírito. A nossa vontade é uma vontade geral sempre que se determina pela regra de Kant: «Procede de tal maneira que a razão do acto que praticas se possa erigir em lei geral, universal.»

A vontade geral, como se vê, não é aqui uma soma aritmética de vontades particulares dos individuos, assim como afirma o catedrático. Para nós, o que distingue a vontade geral das vontades particulares não é um critério *quantitativo*, mas *qualitativo*. A vontade *individual* é vontade *geral* quando é a de um pensamento *objectivo*, de uma attitude racional e crítica, subordinada ao entendimento das relações sociais. A vontade geral é a de *um* homem qualquer, sempre que esse homem realmente *pensa*, saindo do espaço e saindo do tempo, — isto é, quando vê as cousas de uma maneira *objectiva*, espiritual, do ponto de vista do todo uno de que as cousas particulares só são aspectos; sempre que é a vontade do *eu* racional, e não do *eu* empírico e egocêntrico de qualquer de nós. Rousseau, aliás, chegou a indicar o que estou dizendo, no momento em que escreveu estas palavras: «Il y a bien souvent de la différence entre la volonté de tous et la volonté générale; celle-ci ne regarde que l'intérêt commun, l'autre

regarde l'intérêt privé et n'est qu'une somme de volontés particulières.» (*Contrat Social*, livro segundo, capítulo terceiro).

Passando da teoria para a prática, consiste o problema político em seleccionar experimentalmente os meios de obter representantes da opinião pública — fiscalizadores dos governos, votantes das bases da legislação, — o mais possível animados duma *vontade geral*. Para isso, uma das essenciais condições é que elles não surjam como representantes de uma classe de *produtores*, porque o interesse de uma classe de produtores é oposto ao interesse do *consumidor*, e o interesse do *consumidor* é sempre e em tudo o interesse *geral*. Só determinados individuos são produtores de trigo, moageiros, criadores de gado, alfaia-tes, etc., etc., constituindo classes profissionais no regime vigente da venda-e-compra; todos, porém, são consumidores de mantimentos e de vestuário, e todos, como consumidores, desejam concordemente a mesma cousa.

No ponto de vista da economia, os deputados devem ser todos, e sempre, representantes do interesse do consumidor, que é o que inspira a *vontade geral*.

Por aqui se adverte immediatamente um dos perigos dos métodos até hoje em uso, para a eleição de deputados, na maioria dos países que tentam realizar a Democracia («que tentam realizar a Democracia» dizemos nós, e não «democratas»,

porque a realidade da democracia é um objectivo que nos propomos, cujos *meios* se devem buscar por continuas tentativas experimentais). Referimo-nos à eleição de deputados por pequenos círculos eleitorais. O pequeno círculo eleitoral pode trazer a eleição do chamado *cacique*, — isto é, do individuo que se impõe na sua terra por circunstâncias de vontades particulares, sem relação alguma com a *vontade geral*. De aí o actual movimento a favor dos círculos eleitorais extensos, e até a favor do *círculo único*, — sendo êste, hoje em dia, o método que alcançou a preferência expressa de tôdas as correntes de opinião entre os democratas portuguezes.

Uma vez na Câmara, porém, está o deputado sujeito a influências que o desviam da fidelidade à vontade geral. São, como se sabe, as que resultam do regime capitalista. Há várias maneiras legais de contrariar essas influências, que as futuras Democracias deverão usar. O processo radical, todavia, é o de combater as causas.

As relações da Democracia politica e da Democracia social são reciprocas. A instauração progressiva da Democracia social pressupõe instituições de Democracia politica: mas o perfeito funcionamento da Democracia politica pressupõe um certo grau de Democracia social, porque o presente regime da venda-e-compra corrompe fatalmente as instituições politicas.

¿Que entendemos nós por Democracia Social?

— Entendemos um sistema de vida económica inspirado de-facto pela *vontade geral*, que é a vontade dos cidadãos *como consumidores*, — sistema que estabelece como escopo limite a total substituição da *venda-e-compra* (função característica do capitalismo) pela simples *distribuição* dos objectos úteis, produzidos por equipos de serviço civico ou então pelos sócios-trabalhadores das cooperativas de consumo e das *régies* cooperativas, congregadas numa Federação Nacional de tôdas as cooperativas do país (1).

(1) A técnica científica moderna, que logra substituir a fôrça do homem por quantidades enormíssimas de energia mecânica, cria por um lado a *abundância* de tudo, e, por outro, o fenómeno do *desemprego*, tornando absurdo que se insista ainda nas ideas de lucro e de compra-e-venda. (Vejam-se, sôbre as possibilidades da técnica actual, os trabalhos dos tecnocratas americanos). Com efeito, os individuos desempregados pela Máquina (desemprego fatal, irrestringível) não podem comprar o que ela produz, por isso que não ganham com que o comprar: e bastava que todos *percebessem* isto (isto é, que o vissem *bem visto*) para que todos chegassem a conclusões idênticas, e a paz enfim se estabelecesse no mundo. Há que repartir o trabalho por todos (pela diminuição das horas de cada um) e que distribuir os produtos por tôda a gente, visto que os progressos da técnica científica tornaram possível a abundância para todos, — e definitiva, irrestringível, a existência do desemprego. Nos países de avançado apetrechamento mecânico, a técnica científica moderna, se não houvesse a arraigada superstição do

O instrumento de realização da democracia social por meios privados e não-políticos (fora do Estado) tem certa analogia com o regime parlamentar: esse instrumento é a Cooperativa de Consumo, desenvolvida até *produzir* o que *distribuirá* pelos seus sócios, fornecendo-lho pelo custo de produção.

¿ E porquê analogia? — Porque o parlamento, em direito, representa a sociedade como consumidora; porque a direcção da cooperativa depende da assemblea dos cooperadores — como do parlamento o ministério; e porque o sistema cooperativo se funda nos votos *individuais*, assim como o regime parlamentar.

Não inculcamos a cooperativa como método único e definitivo (não há, para cousa alguma,

lucro (que leva hoje a destruir produtos em quantidades incalculáveis!) daria abastança a todos os pobres — e entenda-se que digo *a todos* os pobres, — sem privar os ricos da fartura em que vivem, e antes os tornando, pelo contrário, mais despreocupados e felizes. Aliás, devemos considerar a reforma económica (pela total supressão da idea de lucro) como simples meio ou condicionamento do progresso espiritual da humanidade. O que há de essencial e mais necessário (em todos os tempos, condições e regimes) é a plástica capacidade para o movimento contínuo, o generoso anseio de não-conformismo, o amor e compreensão das variedades humanas, com o sentido religioso da Unidade e o do Bem, — e, por consequência, a liberdade do espírito crítico.

método único e definitivo); não apresentamos a cooperativa como plano da era da perfeita abundância que a técnica um dia proporcionará aos homens, facultando que cada um receba as cousas na medida das suas necessidades, uma vez produzidas pelo serviço cívico: dizemos tam-só que a cooperativa nos dá *imediatamente* uma democracia económica *no ambiente do capitalismo e fora do Estado*, por livre iniciativa dos cooperadores, e ao mesmó tempo de uma maneira pacífica, progressiva, essencialmente criadora e experimental. Desejamos, porém, que o Estado auxilie os cooperadores, em vez dêle próprio os contrariar, ou de permitir que outros os contraiem.

Desde que o regime cooperativo se possa desenvolver em qualquer país até que a Federação das Cooperativas (como o seu próprio Banco Cooperativo) seja a grande fôrça directora da faina económica do povo, acabarão as influências corruptoras da vida económica sôbre a política, porque a vontade da cooperativa é por natureza a *vontade geral*. A cooperativa de consumo, desenvolvida ao ponto de se tornar produtora, substitue a *venda* pela *distribuição*; abole a actividade para obtenção de um *lucro* e a exploração do homem pelo homem,—tomando como fim *único* da produção a satisfação das necessidades de consumo, idênticas em todos. Assim a República Cooperativa, substituindo a hegemonia do produtor pela hegemonia do consumidor, estabelece o império

da Vontade Geral, e dá plena realização à Democracia.

Ora, há a notar que a Democracia Cooperativa é regime de criação *experimental*, não somente porque o cooperativismo já está experimentado com absoluto êxito (nada mais havendo que generalizá-lo, com o auxílio do Estado) mas também porque se efectua gradualmente, com aquela rapidez que mais convier, *dentro da sociedade capitalista*, sem necessidade de intervenções subitâneas, de nenhuma espécie de revolução no sentido dramático desta palavra. Por ela nada se destrói directamente, tudo gradualmente se substitue, numa socialização pacífica de todos os dias. A Democracia Cooperativa é no sentido próprio um movimento: o da eliminação serena e gradual do sistema vigente da venda-e-compra, graças à extensão indefinida da norma cooperatista da *distribuição*. Ser democrata, para nós, é avançar *sempre* nesse sentido, dar todos os dias um passo nêle, eliminando a distinção de classe entre capitalistas e trabalhadores, entre operários e senhores burgueses. Em cada instante, o da rapidez desse movimento não passa de um problema de oportunidade. Haja o movimento fraternizador e a consciência perfeita da sua meta, que é a seguinte: abolição do sistema da venda-e-compra, com *distribuição* das cousas de abundância possível segundo as necessidades de cada um (e até lá, distribuição pelo custo de produção, feita pelas

cooperativas de consumo, ou contra certificados de trabalho, passados pela directoria de um Serviço Cívico) (1).

Ser *experimental*, com efeito, e essencialmente criadora nos seus métodos, é o carácter distintivo da concepção democrática, idealista e crítica, cujas linhas estruturais pretendemos apresentar neste caderno.

(1) Os que se pretendem cristãos não deveriam esquecer-se das palavras do Cristo: « Não podeis servir ao mesmo tempo Deus e o Capital » (*Capital*, com efeito, é a mais exacta tradução da palavra *Mamon*).

II

Dissemos aí que ser experimental, construtiva e criadora nos seus métodos, é um carácter da Democracia autêntica, da Democracia inspirada na Vontade Geral, da que neste caderno preconizamos.

Até hoje, tem dominado geralmente a idea de que se deve legislar logo para todo o país, pondo a lei em execução, desde o princípio, em todo o âmbito da vida de um povo.

Êste método tem inconvenientes de vária espécie.

Se a lei é imperfeita—e nasce tôda obra com imperfeições, só as perdendo por correcções successivas, ditadas pela experiência,—obriga-se a nação inteira a sofrer as conseqüências das imperfeições da lei.

Em segundó lugar, uma lei pressupõe um certo número de técnicos, com o cargo de a aplicar a preceito. Ora, é muitas vezes impossível encon-

trar de um instante para o outro um número de bons técnicos suficiente para pôrem por obra uma dada lei em todo o território do país.

O mais prudente, portanto, é começar por applicá-la num sector restrito, e dessa forma ir corrigindo, segundo os resultados da experiência, as imperfeições que revela ter, ao mesmo tempo que se treinam os técnicos para a efectuarem seguramente quando ela fôr generalizada.

O meio prático parece-nos ser o seguinte: promulgar *as bases* da nova lei, e nomear uma junta autónoma, encarregada de ir minuciando o respectivo regulamento e de a ir applicando *num campo restrito*, até fixar experimentalmente as correcções a fazer ao esboço legislativo, bem como os processos técnicos a empregar, para depois a estender a tôda a nação. Ao mesmo tempo, a junta criaria o pessoal técnico competente, não hesitando em contratar, quando fôsse preciso, especialistas estrangeiros. (Claro que nem tôdas as reformas, para serem experimentadas num campo restrito, exigem uma junta especial).

Problemas como o da reorganização agrária, o da organização cooperativa, o da reforma da instrução, o da educação extra-escolar, o da remodelação urbana, o da pesca, o dos serviços sociais, assistência, etc., poderiam ser resolvidos pelo método que indicámos.

Há uns onze anos, pediram-me que colaborasse com um ministro num projecto de « reforma » da

instrução pública (chamava-se « reforma », como de costume, a uma prosa publicável no *Diário do Governo*).

Respondi que a única reforma da instrução em que acredito consiste na criação de escolas novas com professores novos, treinados nos novos métodos da pedagogia; se, pois, o pedaço de prosa, destinado a ser impresso no *Diário*, incluísse a fundação de uma junta, encarregada de criar experimentalmente aquelas mesmas escolas-modelos (isto é, de criar *escolas experimentais*, para depois difundir pelo país os métodos que nelas se experimentassem), escolas onde ensinasse professores novos, treinados nos novos processos de educação,— eu colaboraria de boa-vontade para a feitura e publicação daquela prosa, onde só um artigo, a meus olhos, teria préstimo: o referente à criação das escolas-modelos e das bolsas de estudo no estrangeiro. A reforma que criasse tais escolas (com novos professores e novos métodos, todos inspirados nas directrizes activas da nova ciência da pedagogia), seria para mim valiosa e séria; qualquer reforma que as não criasse—viria a ser uma cousa inútil.

Ora, assim como disse « escolas experimentais », poderia ter dito « áreas de colonização interior experimentais », « instituições cooperativas experimentais », « organizações de pesca experimentais », « universidades populares experimentais », « bibliotecas móveis experimentais », etc., etc. Tratar-se-ia de

confiar a homens entusiastas, inteligentes e activos, apaixonados pela idea, a realização da reforma em pequena escala; e depois,—fixados os métodos, treinados os técnicos,—generalizá-la nos graus que fôsse possível, até a aplicar a tôda a nação.

O Estado, em boa doutrina democrática, nem deve pretender substituir a iniciativa dos indivíduos, nem abandoná-la à sua sorte: deve estimulá-la e ampará-la. O melhor estímulo é, por um lado, a assistência técnica e a propaganda; por outro, a verba orçamental ou a facilidade de crédito. Uma e outra cousa cabem nas funções das juntas autónomas.

No caso das escolas experimentais, por exemplo, pode o Estado não limitar-se a criar as suas, mas também subsidiar as escolas particulares onde, sob a fiscalização da respectiva junta (Junta de Propulsão dos Estudos) se adoptassem *realmente* os métodos pedagógicos pela Junta preconizados.

No campo cooperatista, há que dar garantias aos cooperadores, pela constante fiscalização da escrita e da administração financeira das cooperativas, feitas pelos técnicos contabilistas de uma Junta de Organização Cooperativa; que conceder às cooperativas auxílio técnico, legislativo, financeiro, educativo; que promover a federação de tôdas as sociedades de consumo (distribuidoras), sob a fiscalização daquela Junta; que transformar em cooperativas certas emprêsas particulares, mediante uma indemnização aos proprietários; que

dar aos grandes serviços públicos (electricidade, água, transportes, etc.) a forma de *régie cooperativa*... Propõe-se esta doutrina, portanto, o criar desde já todo o bem possível: nada mais contrário ao seu espírito que a idea de sacrificar os homens de hoje a uma felicidade problemática dos de amanhã, ou à idea abstracta de « Nação ».

No que respeita à reforma agrária, releva acompanhar *permanentemente* de orientação técnica (só confiando terras aos colonos sob condição de se submeterem a ela) tôdas as tentativas de colonização interior; impor aos novos lavradores a organização cooperativa dos seus trabalhos, das suas compras e das suas vendas (quando suceda não trabalharem para uma cooperativa de consumo, distribuidora dos seus produtos); criar, nas áreas de colonização, escolas rurais de novo tipo, onde se tomem como « centros de interesse » as actividades agrícolas da comarca e onde se ensine praticamente o funcionamento das cooperativas; pôr à disposição da respectiva junta, à medida que lhe sejam precisas, e sem prejuízo real para ninguém, as glebas que deverão ser destinadas à colonização interior cooperativa, expropriando e indemnizando.

O verdadeiro pensamento democrático é um pensamento não dogmático, e a maneira *experimental* de proceder é a única maneira não dogmática.

Pressupõe o método que indicámos, não só que a lei comece a ser aplicada, como experiência,

num campo restrito da vida nacional, antes de ser generalizada, mas também que o legislador se limite a promulgar as bases da legislação, deixando aos técnicos os pormenores. A mania de descer ao pormenor legislativo, em vez de não sair das linhas gerais, é um dos maiores erros da técnica parlamentar tradicional.

Outro meio de fazer política experimental é a descentralização administrativa—convenientemente fiscalizada, claro está. A nosso ver, deveriam ser criadas as entidades administrativas *províncias* (metropolitanas e ultramarinas) com atribuições suficientes para se poder efectuar nelas um bom treino político dos cidadãos, e para poderem aproveitar umas províncias das iniciativas com bom êxito a que outras províncias se abalançassem, promovendo-se a emulação entre elas por meio de uma estatística das administrações provinciais. A criação administrativa da província não teria nada de artifício, porque a província, entre nós, teve e tem uma realidade moral.

A experiência política, aliás, deveria começar na própria escola, pelos processos do *self-government*, em que temos insistido desde há tanto. Na escola se começaria, outro-sim, o conhecimento e a prática da República Cooperativa (ou Socialismo Cooperatista) como a melhor solução imediata dos problemas económico-sociais.

III

Se o leitor meditou um pouco sôbre a definição que aqui demos de *vontade geral* como sendo a vontade de *um* qualquer individuo quando êle procede segundo uma concepção objectiva, universalista, do acto que vai praticar, desprendendo-se do seu ponto de vista de individuo para se colocar no ponto de vista *espiritual* da reciprocidade de relações com os demais individuos; se meditou sôbre tal definição, dizemos nós; concluiu de-certo que há duas maneiras bastante diversas de conceber a Democracia, a uma das quais poderíamos chamar a maneira *passional e materialista*, ao passo que à outra — à nossa — caberia a designação de *idealista e crítica*.

Segundo a concepção passional e materialista, a justiça pode ser materialmente estabelecida na sociedade por uma conveniente organização das instituições politico-sociais, feita por individuos animados de um certo sentimentalismo popular e tri-

bunício, de uma certa *expansão* de sentimentos altruístas (concepção da nossa propaganda republicana); segundo a outra, pelo contrário, essas reformas institucionais não bastam, e o combate contra os males sociais na sociedade deve ser acompanhado da disciplina crítica, bem como do combate contra os mesmos males *dentro do espírito de cada um de nós*. Para o democrata idealista e crítico, depende a justiça na sociedade da justiça *interior* em cada homem, ou, pelo menos, da justiça interior do escol dirigente de uma nação. Instituições e moralidade íntima entrelaçam-se numa coroa de acções recíprocas, e cumpre actuar ao mesmo tempo nas instituições e nos indivíduos.

Ora, essa justiça interior, como sabemos, vem a ser o predomínio da *vontade geral* do indivíduo no pensar e proceder dêsse indivíduo; e o predomínio da vontade geral significa tomar o indivíduo uma atitude crítica e objectiva, uma atitude de concentração e de *auto-domínio*, de interioridade e de reflexão centrípeta, em opposição à atitude expansiva, desbordante, centrífuga, que caracteriza o democrata passional e materialista, a que temos dado o nome de *jacobino*.

Quanto a nós, aquilo a que se chama « crise da Democracia » traduz-se pela necessidade de efectuar duas grandes mudanças (ou passagens), a saber: no campo espiritual, a passagem da concepção sentimental, expansionista e materialista da Democracia — para a concepção crítica, auto-

-refreadora e idealista, do regime democrático; no campo social, a passagem do sistema económico onde domina o interesse do *produtor* e o ponto de vista do produtor—para um sistema económico onde domine o interesse comum dos *consumidores* e o ponto de vista dos consumidores (substituindo, portanto, a venda-e-compra e a busca do lucro —pelo regime da distribuição social do que socialmente se produziu, com instrumentos socializados de produção, em regime de Socialismo Cooperatista).

Não é difícil apreender a analogia entre as duas passagens a que nos referimos, resultante da analogia que existe, por um lado, entre a atitude psíquica do democrata sentimental, expansionista e centrífugo, e a do homem que trabalha para conquistar um lucro; e, por outro lado, entre a atitude psíquica do democrata crítico, concentrationista e centrípeta, e a do homem que trabalha para satisfazer as necessidades dos seus semelhantes, que por sua vez trabalham para satisfazer as d'ele,—sem venda-e-compra, sem competição e sem lucro. A idea que domina quem trabalha para um lucro é a de *conquistar* mercados (expansão, movimento centrífugo, imperialista, busca ansiosa da *exportação*); quem trabalha para satisfazer as necessidades de todos—e só para isso—não pensa em *expandir-se* sobre os outros e à custa dos outros, mas em satisfazer a tendência *centrípeta* do seu semelhante em matéria económica,—e, por troca de serviços, satisfazer a sua.

Hoje, a primeira preocupação dos vários Estados em matéria de comércio é a de *exportar*; se se instaurasse a Democracia Económica, a primeira preocupação seria *importar*, e a exportação far-se-ia com a plena consciência de ser uma simples contrapartida da necessidade da importação. Em Socialismo Cooperatista, as trocas internacionais seriam dirigidas pela Confederação Internacional das Federações Nacionais das cooperativas de consumo,—a qual traçaria periòdicamente o orçamento *económico* do mundo (assim como os Estados, hoje em dia, o orçamento *financeiro* de cada ano). Pelo Banco Cooperativo Internacional se saldariam as contas internacionais.

As causas externas e de natureza económica que se opõem à justiça na sociedade presente são bem reais e verdadeiras: porém, um obstáculo para as remover são as nossas paixões, a incapacidade de as combatermos com pleno senhorio de nós mesmos, com espírito lúcido e organizador, com criadora paciência e com reflexão. Muito se avançaria, por exemplo, na inevitável obra de transformação social que substituirá a Venda pela Distribuição, se os operários fundassem cooperativas, e tenazmente se lhes mantivessem fiéis. ; Oxalá o quisessem fazer!

Com isto, não afirmamos a desnecessidade (nem a necessidade) de quaisquer empreendimentos de natureza política: dizemos, sim, que o cooperativismo, uma vez desenvolvido em grau

bastante, é já de si uma transformação profunda, e, sobretudo, a escola que habilita o homem do povo para o govêrno económico da sociedade.

Liga-se também a isto a politica experimental, que é uma maneira essencialmente crítica de fazer as cousas.

Referindo-se à forma como se estabeleceu a Democracia nos Estados-Unidos da América do Norte e na Suíça, Alexandre Herculano escreveu: «São na essência o mesmo o calvinismo e o puritanismo, e o calvinismo penetrou tão profundamente na vida moral dos suíços como o puritanismo nas antigas colónias inglêsas emancipadas. Mas ¿o calvinismo e o puritanismo que são, senão a Democracia republicana na sociedade espiritual? A vida política das duas sociedades foi, digamos assim, uma prolação da sua vida moral.» (Carta a Oliveira Martins, de 10 de Dezembro de 1870).

Com a imigração de muita gente não puritana, e com o desenvolvimento do capitalismo, o *tonus* moral dos Estados-Unidos relaxou-se; mas antes disso, com efeito, a vida politica foi ali, como na Suíça, uma prolação da vida moral. Ora, ao lúcido trecho de Herculano só falta acrescentar a seguinte nota: aquella afirmação moral dos calvinistas e puritanos era concebida por uns e por outros, não como uma expansão de sentimento, mas como um esforço de auto-domínio, de concentração, de re-freamento enérgico dos impulsos próprios, de disciplina critica interior, que torna desnecessária a

disciplina externa; reciprocamente, a disciplina externa é necessária na exacta medida em que falta aos homens a disciplina crítica interior. Por isso a passagem de um democrata não-crítico para um campo adverso à Democracia é perfeitamente compreensível; por isso certas doutrinas que se dão como democráticas, mas que não são críticas, teem seus pontos de parecença com as do anti-democratismo.

Medite-se nas origens dos insucessos e vicissitudes de algumas tentativas de instauração e conservação de um regime democrático.

Encontrar-se-ão umas tantas causas: divisões irreductíveis entre os homens públicos, questões religiosas, etc. Depois, busquem-se as causas dessas causas: lá se chegará, finalmente, à deplorável carência de auto-domínio, de refreamento do individuo por si próprio, de disciplina crítica das paixões (que vem a ser, ao cabo de contas, a sujeição delas à *vontade geral*). Ver-se-á que os homens responsáveis não tiveram uma dose de espirito crítico que lograsse aplacar a turbulência física desta máquina explosiva composta de nervos, de sangue, de músculos irritáveis, de efervescentes humores, que faz as misérias da vida humana. E uma disciplina externa, um certo dia, substitue a interna que veio a faltar. ¿ Quem dá realidade a uma Democracia?—O cidadão de carácter e de espirito crítico, que consegue dominar os seus próprios nervos e que sabe opor aos variados pode-

res (pelos seus juízos) uma resistência pacífica, obstinada, lúcida. A verdadeira reforma da sociedade não depende só de um remédio mecânico a ela aplicado de uma vez para sempre, de uma certa transformação das instituições sociais: tem de estribar-se simultâneamente numa acção moral de todos os dias. O socialismo eterno e mais profundo é o de carácter ético e idealista, como Antero de Quental no-lo prègou.

Sempre em busca de soluções mecânicas, muitos se resumem à idea simplista de « extinguir o analfabetismo », — de ensinar a ler a todo o povo. Tarefa essa não só inútil, mas digamos até que contraproducente, quando considerada como a essencial. Ensine-se a ler, claríssimo está: mas façamo-lo tam-só como mero instrumento da verdadeira obra educativa, que é a realização da cultura crítica, da disciplina do homem pelo seu próprio intellecto, da concentração do espirito e da *mesura* ética, da lucidez, da objectividade, do movimento centrípeto, — em summa, da *vontade geral*, — no ânimo de cada um de nós.

Como chegar lá?

Cadernos da SEARA NOVA

(Continuação)

SECÇÃO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS

<i>Eliseu Reclus</i> , por EMÍLIO COSTA.....	3\$00
<i>Democracia</i> , por ANTÓNIO SÉRGIO.....	2\$50
<i>O destino do proletariado intelectual</i> , por EMÍLIO COSTA	2\$50
<i>Introdução actual ao Programa Cooperatista</i> , por	
ANTÓNIO SÉRGIO.....	1\$00

SECÇÃO DE ESTUDOS HISTÓRICO-ECONÓMICOS

<i>O comércio dos resinosos</i> , por M. AZEVEDO GOMES.....	3\$00
<i>Mousinho da Silveira</i> , por HENRIQUE DE BARROS.....	2\$50
<i>Considerações sobre o cooperativismo</i> , por NUNO RODRIGUES DOS SANTOS.....	1\$50

SECÇÃO DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

<i>A política do idioma e as Universidades</i> , por RODRIGUES LAPA.....	2\$50
<i>A Criança e o Crime</i> , por LEONÍDIO RIBEIRO.....	2\$50
<i>Sobre a Didáctica das Matemáticas</i> , por A. LOBO VILELA.....	2\$50
<i>Em torno do problema da lingua brasileira</i> , por ANTÓNIO SÉRGIO.....	1\$50
<i>Fröbel e Montessori—O Trabalho Manual na Escola</i> , por MANUEL SOARES.....	2\$50
<i>O Primeiro ensino</i> , por MANUEL SOARES.....	2\$00
<i>A questão da frequência infantil aos cinemas</i> , por DANTE COSTA.....	1\$50

SECÇÃO DE MORALISTAS

<i>Sermão sobre o Trabalho</i> , por Frei ALEXANDRE DO ESPÍRITO SANTO PALHARES (J. NETO SOARES).....	2\$00
<i>Realidade, nebulosidade e falsificação</i> , por JOSÉ BACELAR	2\$50
<i>Duas Frentes: Pedagogismo e Universalismo</i> , por JOSÉ BACELAR.....	3\$50

SECÇÃO DE ESTUDOS DE ARTE

<i>História de uma catedral</i> , por JOÃO BARREIRA.....	4\$00
<i>Duas formas de expressão opostas na história da Arte</i> , por MYRON MALKIEL-JIRMOUNSKY.....	1\$50

BIOGRAFIAS

<i>A vida de Moisés</i> , por AGOSTINHO DA SILVA.....	3\$50
<i>A vida de Pestalozzi</i> , por AGOSTINHO DA SILVA.....	5\$00
<i>A vida de Francisco de Assis</i> , por AGOSTINHO DA SILVA.....	3\$50

VÁRIA

<i>Glossas</i> , por AGOSTINHO DA SILVA, 1\$00, 1\$50 e.....	1\$50
--	-------

POR ASSINATURA	{	6 números	12\$50
		12 »	22\$50

TEXTOS LITERÁRIOS

(Entre parêntesis, os nomes dos tradutores, prefaciadores e anotadores)

AUTORES DA LÍNGUA PORTUGUESA

<i>O descobrimento do caminho para a Índia</i> , por João de BARROS, livro IV da 1. ^a Década (A. SÉRGIO)	5\$00
<i>Relógios falantes</i> , apólogo dialogal de D. FRANCISCO MANUEL DE MELO (A. SÉRGIO)	2\$50
<i>D. Manuel de Meneses</i> , por D. FRANCISCO MANUEL DE MELO (A. SÉRGIO)	2\$50
<i>Sôbre as verdadeiras e falsas riquezas</i> , sermão do PADRE ANTÓNIO VIEIRA (A. SÉRGIO)	3\$00
<i>As origens da Holanda</i> , por RAMALHO ORTIGÃO (A. SÉRGIO)	3\$00
<i>Poesia medieval—I. Cantigas de Amigo</i> (HERNANI CIDADE)	3\$50
<i>A Poesia Lírica cultista e conceptista</i> (HERNANI CIDADE)	4\$00
<i>Crónica de D. João I</i> , por FERNÃO LOPES (RODR. LAPA)	4\$00
<i>Sôbre História e Historiografia</i> , por ALEXANDRE HERCULANO (ANTÓNIO SÉRGIO)	5\$00
<i>Côrtes de Júpiter</i> , por GIL VICENTE (MARQUES BRAGA)	3\$00
<i>Amadis de Gaula</i> (RODRIGUES LAPA) { edição vulgar	4\$00
{ ed. especial	7\$50
<i>Vida do Arcebispo</i> , por FREI LUÍS DE SOUSA (AGOSTINHO DA SILVA)	4\$00
<i>Côrte na Aldeia</i> , de RODRIGUES LÔBO (AGOSTINHO DA SILVA)	3\$50
<i>Sermão sôbre a paz</i> , por ANTÓNIO VIEIRA (A. SÉRGIO)	3\$50

A SAIR BREVEMENTE

<i>Líricas escolhidas</i> , de CAMÕES (A. SÉRGIO)	
<i>Quem tem farelos</i> , por GIL VICENTE (CAMPOS DE ANDRADE)	
<i>Cartas, e outras obras</i> , por SÁ DE MIRANDA (CÂMARA REYS)	
<i>Menina e moça</i> , por BERNARDIM RIBEIRO (ANT. SALGADO JÚNIOR)	
<i>Doutrinas de estética literária</i> , de GATTETT (C. B. CHAVES)	
<i>Um auto de Gil Vicente</i> , de GATTETT (VIEIRA DE CAMPOS)	
<i>Pupilas do Sr. Reitor</i> , de Júlio Diniz (CÂMARA REYS)	
<i>Êglogas</i> , por BERNARDIM RIBEIRO (ANT. SALGADO JÚNIOR)	